


REQUERIMENTO Número _____ / XI (1.ª)

PERGUNTA Número 2110 / XI (1.ª)

Expeça-se
Publique-se
25/10/2010
O Secretário da Mesa



Senhor Presidente da Assembleia da República

Excelência:

Assunto: Situação dos Trabalhadores do ex - IFADAP na Região Autónoma dos Açores

Destinatário: Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social

Na sequência do encerramento da Delegação Regional do Instituto de Financiamento e Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura e Pescas – Açores (IFADAP), ficaram em situação de indefinição profissional 11 trabalhadores que pertenciam aos quadros do referido Instituto. Há 4 anos que estas pessoas vivem numa injusta e desumana situação de instabilidade e de incerteza quanto ao futuro do seu posto de trabalho e consequente sustento das suas famílias.

A maioria destes trabalhadores tem mais de 10 anos de serviço, havendo casos de 16,18 e mesmo 20 anos de actividade.

O Governo Regional afirma ter disponibilidade e vontade de integrar, na administração pública regional, todos os funcionários do IFAP-IP que exercem funções na Região Autónoma dos Açores, mas que essa integração depende de legislação nacional que compete ao Governo da República aprovar e fazer publicar.

Ainda em Setembro passado, em plena campanha eleitoral, a Presidente do IFAP e o Secretário Regional da Agricultura prometeram aos trabalhadores que, no decurso desse mesmo mês, o processo de integração

ficaria resolvido. Só que passou Setembro, as eleições também, e hoje tudo continua como dantes.

Os Deputados signatários questionaram, em Janeiro passado, o Ministério da Agricultura sobre esta matéria.

Recebemos como resposta que se encontrava para aprovação o projecto de diploma que vem proceder à regularização dos trabalhadores do ex-IFADAP e que, com esta aprovação "ficam acauteladas e resolvidas as situações laborais do pessoal que exercia funções no extinto IFADAP, IP., na Região Autónoma dos Açores".

Surge agora a informação de que o referido diploma se encontra pendente no Ministério do Trabalho e Solidariedade Social e, assim, a responsabilidade do atraso na resolução deste problema transita do Ministério da Agricultura para o do Trabalho.

Assim, os Deputados do PSD eleitos pela Região Autónoma dos Açores, ao abrigo das disposições aplicáveis da Constituição e do Regimento, formulam ao Governo, através do Ministro da Agricultura, as seguintes perguntas:

- a) Tem o Governo conhecimento da situação descrita e, em caso afirmativo, que comentário lhe merece?
- b) Confirma o Governo que o processo transitou para o Ministério do Trabalho do qual depende, agora a solução final deste problema?
- c) Que razão, ou razões, justificam esta transferência de responsabilidades entre departamentos do mesmo Governo que, à partida, promove maiores atrasos num processo que parece não ter fim?
- d) Que obstáculos existem para justificar a situação de angustia em que vivem estes funcionários há mais de 4 anos, quanto ao seu futuro profissional e ao sustento das suas famílias?

- e) Quando prevê o Governo solucionar definitivamente esta questão, possibilitando a integração dos trabalhadores nos quadros regionais, estabilizando as suas carreiras e devolvendo a tranquilidade às suas famílias?

Lisboa e Sala das Sessões, 25 de Março de 2010

Os Deputados do PSD/Açores,



João Bosco Mota Amaral



Joaquim Ponte